

Assim, com fundamento no disposto no n.º 2 do artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º e no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, só é permitido o exercício da caça ao pombo-da-rocha (*Columba livia*) nos municípios identificados no anexo à presente portaria, que desta faz parte integrante.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 28 de Junho de 2001.

ANEXO

- 1.ª região cinegética — Alijó, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Moncorvo, Miranda do Douro, Mirandela e Vila Nova de Foz Côa.
 - 3.ª região cinegética — Sesimbra, Setúbal, Palmela, Caldas da Rainha, Peniche, Lourinhã, Torres Vedras, Mafra, Sintra e Cascais.
 - 4.ª região cinegética — Odemira.
 - 5.ª região cinegética — Aljezur, Vila do Bispo e Lagos.
- Região Autónoma da Madeira — Funchal, Santa Cruz, Machico, Porto Santo, Santana, São Vicente, Porto Moniz, Calheta, Ponta do Sol, Ribeira Brava e Câmara de Lobos.

Portaria n.º 737/2001

de 17 de Julho

Com fundamento no disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro;

Ouvido o Conselho Cinegético Municipal de Castelo de Paiva:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é criada a zona de caça municipal de Castelo de Paiva (processo n.º 2562-DGF), pelo período de seis anos, e transferida a sua gestão para o Clube de Caça e Pesca de Castelo de Paiva, com o número de pessoa colectiva 501764607 e sede na Rua de José Estêvão, 157, Sobrado, Castelo de Paiva.

2.º Passam a integrar esta zona de caça os terrenos cinegéticos cujos limites constam da planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante, sitos nas freguesias de Bairros, Fornos, Real, São Martinho e Sobrado, município de Castelo de Paiva, com a área de 4950 ha.

3.º De acordo com o estabelecido no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, os critérios de proporcionalidade de acesso dos caçadores a esta zona de caça compreendem as seguintes percentagens:

- a) 50 %, relativamente aos caçadores referidos na alínea a) do citado artigo 16.º;
- b) 30 %, relativamente aos caçadores referidos na alínea b) do citado artigo 16.º;
- c) 15 %, relativamente aos caçadores referidos na alínea c) do citado artigo 16.º;
- d) 5 %, aos demais caçadores, conforme é referido na alínea d) do citado artigo 16.º

4.º As regras de funcionamento da zona de caça municipal não constantes desta portaria serão divulgadas pela entidade gestora nos locais do costume e, pelo menos, num jornal de expansão nacional.

5.º As restantes condições de transferência de gestão encontram-se definidas no plano de gestão aprovado pela respectiva DRA, o qual se dá aqui como reproduzido.

6.º A zona de caça municipal será obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 2 e sinal do modelo n.º 10, definidos na Portaria n.º 1103/2000, de 23 de Novembro.

7.º A eficácia da transferência está dependente de prévia sinalização, de acordo com as condições definidas na Portaria n.º 1103/2000.

8.º Com carácter excepcional, justificado pela alteração anormal das circunstâncias, motivada pela complexidade de procedimentos inerentes à entrada em vigor e consequente execução da Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro, e do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de Setembro, e em benefício do princípio da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, não se aplica o determinado no n.º 3 do n.º 7.º da Portaria n.º 467/2001, de 8 de Maio.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Victor Manuel Coelho Barros*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 28 de Junho de 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 738/2001

de 17 de Julho

A requerimento da CEUL — Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, C. R. L., entidade instituidora da Universidade Lusíada, cuja criação foi autorizada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100-B/85, de 8 de Abril, pelo despacho n.º 135/MEC/86, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Junho de 1986;

Instruído e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Autorização de funcionamento

É autorizado o funcionamento do curso de licenciatura em Psicologia na Universidade Lusíada, em Lisboa, nas instalações que estejam autorizadas nos termos da lei.

2.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso nos termos do anexo à presente portaria.

3.º

Número máximo de alunos

1 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 150.

2 — A frequência global do curso não pode exceder 800 alunos.

4.º

Ramos

O curso desdobra-se nos ramos de:

- a) Psicologia da Saúde;
- b) Psicologia Económica e do Consumo;
- c) Psicologia do Trabalho e das Organizações.

5.º

Grau

A conclusão com aproveitamento de todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do

curso confere o direito à atribuição do grau de licenciado.

6.º

Início de funcionamento do curso

O curso pode começar a funcionar a partir do ano lectivo de 2001-2002, inclusive, um ano curricular em cada ano lectivo.

7.º

Semestres lectivos

O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

8.º

Condições de acesso

As condições de acesso ao curso são as fixadas nos termos da lei.

9.º

Condicionamento

A autorização e o reconhecimento operados pelo presente diploma não prejudicam, sob pena de revogação do mesmo, a obrigação dos órgãos responsáveis da entidade instituidora e do estabelecimento de ensino de cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pelo Ministério da Educação, quer por não cumprimento dos pressupostos de autorização e reconhecimento quer em consequência das acções previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

10.º

Entrada em vigor

Esta portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Pelo Ministro da Educação, *José Joaquim Dinis Reis*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 8 de Junho de 2001.

ANEXO

Universidade Lusíada**Curso de Psicologia****Grau de licenciado**

QUADRO N.º 1

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade em horas semanais				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Neurociências I	Semestral	2		2		
Introdução Ciências Sociais	Semestral	2		2		
Introdução Histórica e Psicologia	Semestral	4				
Métodos Psicológicos	Semestral	2		2		

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade em horas semanais				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Informática e Análise de Dados	Semestral	2		2		
Neurociências II	Semestral	2		2		
Antropologia Cultural	Semestral	2				
Psicologia da Aprendizagem	Semestral	2		2		
Psicologia do Desenvolvimento	Semestral		4			
Estatística I	Semestral	2		2		

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade em horas semanais				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Neurociências III	Semestral	2		2		
História da Cultura Portuguesa	Semestral	2				
Psicologia Cognitiva I	Semestral	2	1	2		
Estatística II	Semestral	2		2		
Psicologia da Criança e Adolescente	Semestral	2	3			
Psicopatologia	Semestral	2	3			
Psicologia Cognitiva II	Semestral	2	1	2		
Psicologia da Arte e da Expressividade	Semestral		2			
Exame Psicológico	Semestral	2		2		
Psicologia da Personalidade e Motivação	Semestral		2			

QUADRO N.º 3

3.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade em horas semanais				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Saúde Mental e Psicologia da Saúde	Semestral		4			
Psicologia Social I	Semestral	2		2		
Psicometria	Semestral	2		2		
Aconselhamento e Psicoterapia	Semestral		4			
Psicologia Económica e do Ambiente	Semestral		4			
Ética e Deontologia	Semestral	2				
Psicologia Social II	Semestral	2		2		
Técnicas Qualitativas	Semestral	2	1	2		
Psicologia da Educação	Semestral	2		2		
Epistemologia e Sistemas de Psicologia	Semestral		2			

Ramo de Psicologia da Saúde

Grau de licenciado

QUADRO N.º 4

4.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade em horas semanais				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Psicopatologia da Criança e do Adolescente	Semestral	2		2		
Saúde Comportamental	Semestral		4			
Psicoterapia Individual	Semestral	2		2		
Psicopatologia do Adulto e da 3.ª Idade	Semestral		2			
Psicologia da Actividade Física	Semestral	2	1	2		
Psicoterapia de Grupo	Semestral	2		2		
Dependências Químicas	Semestral		2			
Comportamento Organizacional em Saúde	Semestral	2				

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade em horas semanais				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Psicoterapia Familiar	Semestral	2		2		
Psicologia Forense	Semestral		2			
Prevenção e Reabilitação	Semestral		2			
Investigação em Psicologia da Saúde	Semestral		2			

Ramo de Psicologia Económica e do Consumo

Grau de licenciado

QUADRO N.º 5

4.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade em horas semanais				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Economia e Relações Internacionais	Semestral	2				
Mercado e Publicidade	Semestral	2	1	2		
Psicologia Comunitária e Política	Semestral	2				
Psicologia das Organizações	Semestral	2		2		
Comunicação	Semestral	2				
Psicologia do Consumo I	Semestral	2	1	2		
Direito do Consumidor	Semestral	2				
Psicologia do Lazer e dos Tempos Livres	Semestral	2				
Psicologia do Ambiente e do Espaço	Semestral	2				
Psicologia do Consumo II	Semestral	2	1	2		
Estratégia e Intervenção Organizacional	Semestral		2			
Psicologia Económica II	Semestral	2	1	2		

Ramo de Psicologia do Trabalho e Organizações

Grau de licenciado

QUADRO N.º 6

4.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade em horas semanais				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Teoria das Organizações	Semestral	2				
Psicologia das Organizações	Semestral	2		2		
Diagnóstico Organizacional	Semestral	2	1	2		
Ergonomia e Engenharia Humana	Semestral		2			
Recursos Humanos	Semestral	2	1	2		
Comunicação	Semestral	2				
Direito do Trabalho e Organizações	Semestral	2				
Liderança	Semestral		2			
Estratégia e Intervenção Organizacional	Semestral	2	1	2		
Mercado e Publicidade	Semestral	2	1	2		
Negociação e Decisão	Semestral		2			
Psicologia Comunitária e Política	Semestral	2				

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO

Anúncio n.º 1/2001

Pedido de declaração de ilegalidade n.º 5518/01, da 1.ª Subsecção da 1.ª Secção.

Recorrente: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.
Recorrido: Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Faz-se saber que nos autos acima identificados são os recorridos particulares citados para contestarem, querendo, no prazo de 30 dias, finda a dilação de 30 dias,

contada a partir da data de publicação deste anúncio, e que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pelo recorrente que consiste no pedido de declaração de ilegalidade, com força obrigatória geral, do n.º 3 do artigo 2.º da estrutura orgânica interna do IGFSS anexo à Portaria n.º 409/2000, de 17 de Julho, do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 163, de 17 de Julho de 2000.

Lisboa, 2 de Julho de 2001. — O Juiz Desembargador, *Mário Gonçalves Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Rosário Diniz*.